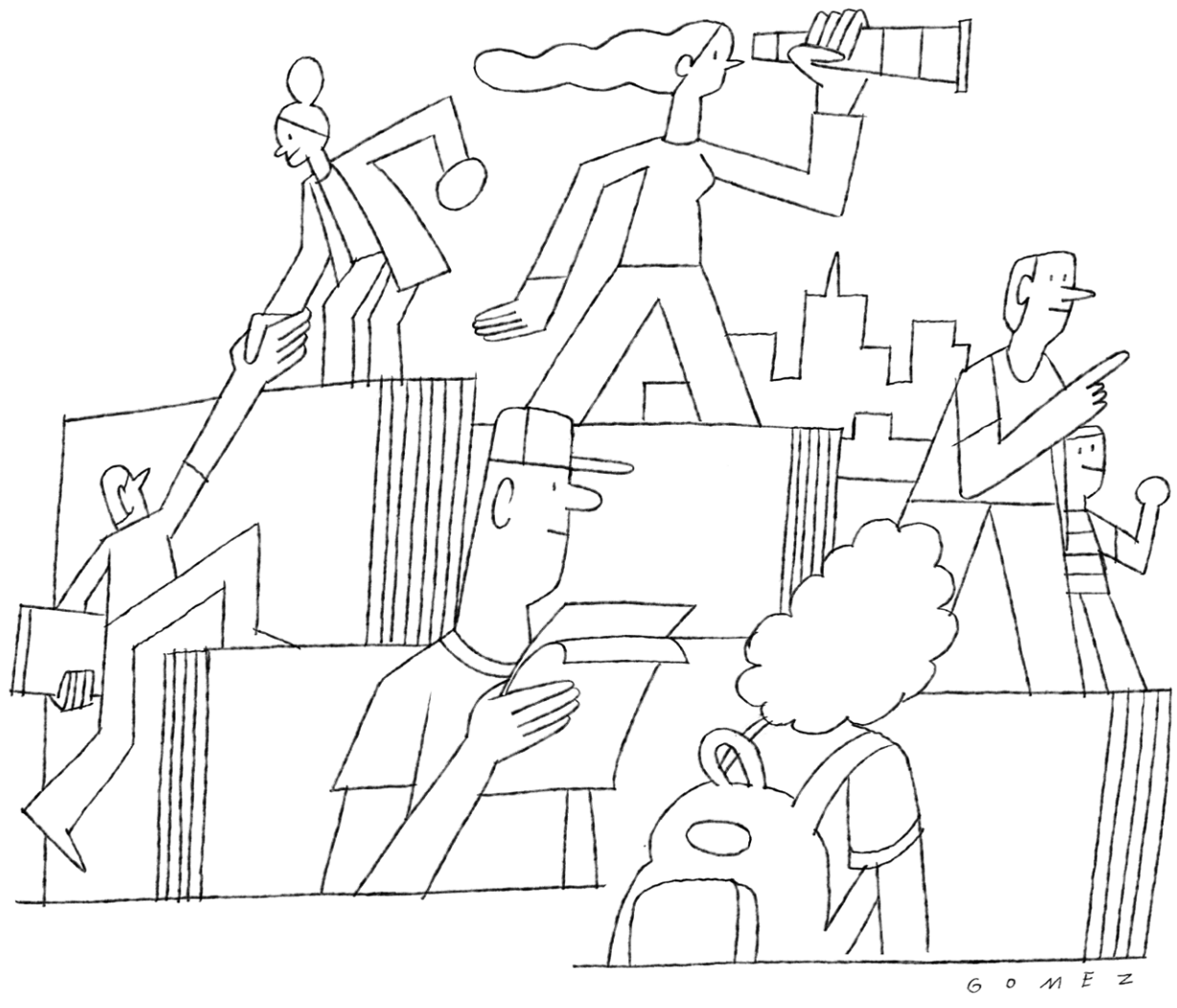
E agora, Jango?

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)



Em 13 de março de 1964, o presidente João Goulart fez manifestação popular de apoio às Reformas de Base que o país necessitava há décadas, ou séculos, para desamarrar seus recursos e avançar no progresso. Para evitar as reformas, que necessariamente tocariam em seus privilégios, a reacionária elite brasileira preferiu destituir o presidente. Quase 60 anos depois, o Brasil ainda espera aquelas e outras reformas nascidas nas cinzas do fracasso do desenvolvimentismo e nos desafios da realidade do século 21.

Em 1964, nossa principal reforma era a agrária. Nosso maior recurso potencial era a terra sem trabalhadores e os trabalhadores sem terra. O Brasil seria outro se tivesse feito a reforma agrária naquele tempo, permitindo a liberação e o uso desses recursos. Se ela tivesse sido feita, nossas cidades não seriam as monstrópoles de hoje, porque a migração em massa dos anos 1970 e 1980 não teria ocorrido. O Brasil não teria a fome que decorre da falta de renda, mas também da produção menor de alimentos para o mercado interno. Embora ainda necessária, essa reforma já não tem a mesma importância. O país caminhou para uma urbanização deformada em cidades inchadas; e a agricultura, para a modernização do agronegócio exportador.

A principal reforma atual deve ser para liberar o recurso fundamental da economia do século 21: o capital conhecimento. Nosso potencial está nos cérebros de nosso povo. Sessenta anos depois de Jango, é preciso uma reforma que assegure escola de qualidade para todas as crianças brasileiras, de maneira a desenvolver o potencial com o qual cada uma delas nasce. "Nenhum cérebro deixado para trás" substitui o slogan de "nenhum latifúndio deixado improdutivo".

No seu tempo, Jango incluiu a reforma alfabetizadora sob o comando de Paulo Freire. O golpe e a interrupção daquelas reformas levaram o Brasil a ter hoje mais analfabetos adultos do que naquele tempo. É preciso retomar e realizar um programa pela erradicação do analfabetismo, que segue como um fóssil do passado. Mas o mundo atual exige a alfabetização para a contemporaneidade: todo brasileiro terminando o ensino médio com a máxima e igual qualidade. A grande reforma deste momento é a federalização da educação de base, para liberar o potencial nos cérebros de nossas crianças, independente da sua renda e do seu endereço.

Naquele tempo, o Brasil precisava usar o Estado para fazer as reformas, hoje precisa-se reformar o próprio Estado, que, submetido ao corporativismo, tem sido instrumento de criação de privilégios e mordomias, ferramenta para a concentração estrutural de renda, embora disfarçada pela distribuição conjuntural de minúsculos auxílios e bolsas. A reforma precisa submeter o Estado do patrimonialismo, do imediatismo, da ineficiência, da ostentação, da corrupção, fazendo-o eficiente, comprometido com os interesses nacionais e das camadas pobres, com estratégias estruturais de longo prazo, vacinado contra a corrupção no comportamento dos políticos e a corrupção nas prioridades das políticas.

Nos anos 1960, Jango tentou reformas que servissem de base para o desenvolvimento econômico nos moldes do crescimento mais rápido e amplo da indústria mecânica, para aumentar a renda e o consumo da população. No século 21, é preciso reformar os próprios propósitos do desenvolvimento: entender a necessidade de regras que assegurem o progresso com sustentabilidade ecológica, fiscal, social, democrática. No lugar do protecionismo à indústria ineficiente, será preciso entender que daqui para a frente o crescimento deve ser integrado ao mundo, incentivar o aumento da produtividade e da competitividade.

A reforma deve levar em conta o imenso potencial da biodiversidade brasileira, buscando sermos o líder mundial da bioeconomia sustentável e de alta tecnologia. Para tanto, a reforma da educação com máxima qualidade para todos deve ir além da educação de base e implantar no Brasil um moderno sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, fazendo para tanto a necessária reforma de nossas universidades. Ausente no tempo de Goulart, agora é prioritário fazer a reforma política, que rouba bilhões de reais do orçamento público e corrompe os partidos transformando-os em viciados cassinos eleitorais.

A chegada do governo Lula foi uma vitória, ao barrar a reeleição do atraso, mas o país precisa ir além e, com ambição e lucidez, definir uma estratégia para o futuro, iniciando as reformas que são tão necessárias agora quanto aquelas que Jango propunha.

Racismo: o que vemos e deixamos de reconhecer quando olhamos no espelho

» HELTON SOUTO
Especialista em gestão e políticas públicas com ênfase em projetos na área de Educação, é fundador e presidente do Instituto Dacor

O Brasil é um país negro. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a população do Brasil é composta de 56% de pessoas negras, sendo, portanto, a maioria da população. Esse é um dado básico de nossa constituição como população e sociedade e que deveria constar na parede de toda escola, em todas as repartições públicas, em todos bares, comércios, pontos de ônibus e estações de metrô, nos intervalos de todas as novelas ou dos programas de maior audiência da TV, nas faixas de todas as torcidas de futebol, em toda organização pública ou privada, nos discursos de todos os políticos deste país: 56% da população do Brasil são negras e este é um país negro.

O caráter óbvio de tal afirmação se desfaz quando constatamos — por meio de dados e evidências — onde e quando o país não é negro e onde e quando ele é. O Brasil não é negro nas empresas e em seus quadros de chefia (de acordo com o Instituo Ethos, apenas 4% de pessoas negras ocupam espaços de liderança). O Brasil não é negro no registro de pessoas jantando nos restaurantes frequentados pela classe média alta e branca brasileira (esse número, por exemplo, não é maioria no Leblon e nos Jardins, regiões de luxo no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente). O Brasil é negro quando nos deparamos com alguns dados educacionais (apenas 60% dos jovens negros concluem o ensino médio no país, conforme o IBGE).

O Brasil é negro em população carcerária (o Anuário de Segurança Pública mostra que, em 2021, a proporção foi de 67,5% de presos negros para 29,0% de brancos) e é negro na quantidade de pessoas que morrem por tiro (também de acordo com o Anuário de Segurança Pública, em 2021, enquanto houve uma queda da taxa de mortalidade entre vítimas brancas de 30,9%, a taxa de vítimas negras cresceu em 5,8%). O Brasil é negro na doença (até março de 2022, por exemplo, 54% das gestantes e puérperas que morreram pela covid-19 eram negras; o diabetes acomete aproximadamente 50% mais mulheres negras do que brancas e 9% mais homens negros do que brancos. O Brasil é, possivelmente, negro na água e na lama de enchentes e deslizamentos.

Esse conjunto de informações, entre tantas outras, expressa o racismo estrutural que alicerça, sedimenta e define de que forma a sociedade, as instituições e o Estado serão organizados, e, em última instância, quem se escolhe socorrer, proteger, valorizar, e quem se escolhe abandonar, desconsiderar e desprezar.

As informações até aqui não apenas expressam quem somos como país, como também nos confronta com um espelho que mostra como somos do ponto de vista de equidade e de justiça social e racial, pois evidenciam que as políticas públicas, os privilégios, os direitos humanos, o desenvolvimento humano e a própria democracia não atingem uma parte significativa da população que tem uma cor de pele em específico. Nesse sentido, entendemos que qualquer enfrentamento ao racismo — seja pessoal, institucional, político, estrutural — precisa, necessariamente, partir desse espelho: somos um país de maioria de pessoas negras no qual a população negra não detém os mesmos privilégios e direitos da população branca. E aqui cabe ressaltar: estamos falando de uma camada significativa da população apartada de privilégios e direitos presentes, e isso em consequência da forma como a branquitude orienta e estrutura a sociedade à sua imagem e semelhança. Mas o que queremos e precisamos mudar naquilo que vemos no espelho? E, para além disso, o que está nesse espelho para o qual olhamos e não reconhecemos ou enxergamos?

Ou seja, é importante, então, trazer à tona também aquilo que deixamos de enxergar nesse espelho: o reconhecimento da potência da presença e da constituição do país como sendo de maioria negra e o quanto isso gera de invisibilidade de histórias, trajetórias, conhecimentos, meios e formas de viver e lidar com a vida e as relações. Conquistar um presente mais potente e mais vibrante como país passa por esse reconhecimento. Por exemplo, as atuações de organizações, dos movimentos negros e ações por todo o país, o que nos dizem os dados das pessoas negras que entraram nas universidades nos últimos 20 anos, práticas de combate ao racismo nas escolas, o quanto de artistas e intelectuais estão pensando e repensando o país e seu futuro. Esses, entre tantos outros, são dados e informações necessários para enxergarmos o antídoto.

E qual o papel do Instituto Dacor nisso tudo? Olhar para o espelho e enxergar aquilo que para muitos e por inúmeras vezes não é possível. Para tanto, nada mais a ser feito do que materializar o significar do Dacor: trazer os dados à tona, provocar a tomada de decisão, gerar o deslocamento necessário que leva à ação, buscar a positivação desses dados, ou seja, acrescentar e propor. E isso na relação com aqueles que vieram antes de nós e com aqueles que hoje estão e seguem e coadunam com essa luta. Nossa contribuição é reunir e disseminar dados e conhecimentos que nos fazem encarar nosso espelho criticamente e enxergar a potência e as formas de enfrentamento ao racismo. Com base em evidências, propomos uma abordagem sistêmica para apoiar e impulsionar políticas antirracistas.

Sem medo de um mundo mais feminino

» THAIS RIEDEL
ProfissãoMestre em direito previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), doutora em direito constitucional pelo IDP. É presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário (Ibdprev) e da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária (Acbrap)

O mês de março, em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, é um importante momento de reflexão sobre nossos desafios em um mundo em que ainda somos a maioria na base social, mas a minoria nos postos de trabalho de relevância; a maioria nas universidades, mas a minoria nas publicações científicas. Além disso, quando ocupamos o mesmo cargo, ainda recebemos em média 20% a menos do que os homens para exercermos as mesmas funções. Milhares de mulheres ainda são preteridas no mercado de trabalho por conta do gênero e constantemente são vítimas de assédio sexual, violência doméstica e feminicídios em pleno século 21.

Não tenho qualquer dúvida de que a solução desses problemas é complexa, passa por muitas questões que envolvem desde a necessidade de uma mudança cultural que reconheça plenamente as mulheres como seres de direitos iguais até políticas públicas que promovam a equidade de gênero nos espaços públicos. Mas, sem dúvida, essa luta pela efetiva igualdade de gênero exige a conscientização dos homens de que esse problema não é das mulheres apenas, mas de toda a sociedade.

A promoção da igualdade de gênero nos espaços públicos e privados gera benefícios coletivos de curto e longo prazo, além de contribuir para a concretização de valores indispensáveis à dignidade humana. Pesquisa da Diversity Matters aponta que as empresas que promovem igualdade de gênero têm 14% mais chance de superar seus concorrentes e 93% mais chances de apresentar melhor desempenho no mercado.

No Brasil, temos observado avanços significativos na área mesmo que ainda insuficientes para uma efetiva equidade de gêneros. Embora apenas 38% dos cargos de lideranças em empresas privadas sejam ocupados por mulheres, o índice é mais alto do que a média global, que é de 32%, e do que o da América-Latina, que é de 35%. Cumpre destacar que as empresas que fomentam essa cultura conseguem resultados até 19% melhores em inovação.

Diferentes olhares sobre os problemas da humanidade, com a efetiva participação das mulheres nas soluções propostas, possibilitam avanços civilizatórios importantes. A experiência de ser mulher, com suas vivências e trajetórias, traz um pensar único que soma ao olhar masculino, formando um panorama mais diverso na construção das soluções necessárias no dia a dia. Daí por que se faz premente o engajamento de todos na promoção de igualdade de oportunidades.

Os avanços civilizatórios, entretanto, exigem luta e quebra de paradigmas. Nesse aspecto, enalteço todas as mulheres que foram precursoras dessas transformações sociais no passado e que tiveram a coragem para dar voz a tantas outras que não percebiam ou não conseguiam mudar suas realidades de opressão. Congratulo também movimentos como o Paridade de Verdade, que tenho a honra de integrar, que defende bravamente a paridade de gênero respeitando o viés racial para a composição das listas sêxtuplas para a indicação do quinto constitucional. É fundamental que contemos com mais mulheres empenhadas em incentivar e fomentar a participação feminina. Mas essa é uma luta muito grande. É uma batalha muito pesada. É tão grande e pesada que precisamos do engajamento de todos. Não podemos renunciar a 50% da população nessa missão.

Precisamos mudar a cultura para que os ambientes públicos sejam menos hostis para mulheres. Além disso, é missão de todos, homens e mulheres, garantir maior participação feminina nos espaços públicos e que elas sejam julgadas apenas por suas ações, não pelas roupas que vestem, pelo corpo ou qualquer característica pessoal. Só vamos conseguir isso quando todos compreenderem que a maior participação feminina nos espaços amplia a diversidade e melhora a sociedade como um todo.

Sou mãe de uma menina e de um menino e me preocupo com o futuro dessa luta. Procuro incentivar minha filha para que ela possa desenvolver todo o seu potencial e suas habilidades com independência e assertividade e ao mesmo tempo entendo o papel de mãe para criar um homem que entenda, respeite e trabalhe em prol de um mundo com mais equidade. Um homem que se levante pelas causas das mulheres. É o que precisamos: andar juntos — homens e mulheres — em prol de uma sociedade mais diversa e, ao mesmo tempo, mais igual. Para os homens que ainda não perceberam essa dimensão, fica a mensagem para que não tenham medo do futuro mais feminino. Eu garanto que será um mundo muito melhor para todos.